DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DO SEGMENTO UTILIDADE PÚBLICA DA B3

DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS IN FINANCIAL STATEMENTS: AN ANALYSIS OF B3'S PUBLIC UTILITY SEGMENT

Juciléia Giacomin[1]
Andressa Tasso[2]
Neide Maria Tartas[3]

Resumo: O objetivo do presente estudo consiste em identificar evidenciação de informações compulsórias sobre Ativos Intangíveis de empresas listadas no setor de utilidade púbica da B3 referente ao exercício de 2015 e 2016, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04. A pesquisa caracteriza-se quanto a abordagem do problema como qualitativa, quanto aos objetivos descritiva e quanto aos procedimentos como documental. Verificou-se os Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas nos anos de 2015 e 2016 das sessenta e oito (68) empresas listadas no site da B3 no setor de Utilidade Pública. Constatou-se que nenhum dos itens relacionados ao Ativo Intangível foi divulgado em sua totalidade pelas empresas analisadas. Ademais, as empresas dos segmentos de água e saneamento são as que mais divulgaram informações sobre os Ativos Intangíveis, apenas não divulgando o item vida útil. As empresas do segmento de energia apresentaram menor índice de evidenciação.

Palavras-Chave: Ativo Intangível. Segmento Utilidade Pública. B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Abstract: The objective of the present study is to identify disclosure of mandatory information on Intangible Assets of companies listed in the public utility sector of B3 for the year 2015 and 2016, observing the criteria for recognition, measurement and registration of these assets according to CPC 04 specifications. The research is characterized as the approach of the problem as qualitative, as to the descriptive objectives and as to the procedures as documentary. The Balance Sheets and Explanatory Notes were verified in the years 2015 and 2016 of the sixty-eight (68) companies listed on the B3 website in the Public Utility sector. It was verified that none of the items related to Intangible Assets was disclosed in its entirety by the companies analyzed. In addition, companies in the water and sanitation segments are the ones that most divulged information about Intangible Assets, only not disclosing the useful life item. Companies in the energy segment had a lower rate of disclosure

Key Words: Intangible Assets. Public Utility Segment. B3 (Brazil, Stock Exchange, Counter).

[1] Mestre em Controladoria e Finanças Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)e-mail: juci_giacomin@yahoo.com.br Erechim/RS.
[2] Bacharel em Ciências Contábeis Faculdade Anglicana de Erechim (FAE), e-mail: andressatasso@yahoo.com.br Erechim/RS.
[3] Bacharel em Ciências Contábeis Faculdade Anglicana de Erechim (FAE), e-mail: neidetartas33@gmail.com Erechim/RS

1 INTRODUÇÃO

Atualmente ambiente socioeconômico demonstra a necessidade de se questionar as formas mercantilistas de perceber as organizações. Variáveis como informação, conhecimento, ativos intangíveis e capital intelectual reforçam a importância de se repensar os instrumentos recomendados na gestão das empresas (COLAUTO et al., 2009).

O processo intensificado de globalização nas últimas décadas proporcionou uma série de mudanças significativas nas formas de tratamento de mensuração, reconhecimento e evidenciação das práticas contábeis no que diz respeito ao tratamento dado aos Ativos Intangíveis. Com a criação da lei 11.638/2007, o Brasil passa a adotar as Normas Internacionais da Contabilidade, essa adoção abordou as características legais e societárias do Brasil. Essas normas são regidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o qual é dividido em 49 CPCs.

Assim, ressalta-se a importância de estudos sobre o tema, dentre os quais pode-se citar as pesquisas de Colauto et al . (2009), Macagnan (2009) e Moura et al. (2011). Colauto et. al, (2009) analisaram o conteúdo da evidenciação de recursos intangíveis de companhias abertas brasileiras listadas nos níveis de governança corporativa.

Filipin, Brizolla e Andrades (2016), descreveram sobre como as empresas listadas no Novo Mercado da B3 evidenciaram os seus Ativos Intangíveis, analisando os Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas de 55 empresas de dez setores diferentes. Seus resultados permitiram a verificação da boa representatividade dos Ativos Intangíveis nos setores analisados, além de permitir a demonstração de um grande índice de representatividade dos intangíveis representando 59% nesta pesquisa e em relação ao Ativo Não Circulante para 80%.

Os autores ainda destacam que os itens mais importantes já são evidenciados pelas empresas, relacionando ao processo de contabilização como divulgação do valor contábil bruto, divulgação sobre o valor amortizado, prazos de vida útil ou taxas de amortização, além de informações sobre adições, baixas e transferências dos ativos intangíveis foram itens que demonstraram maior índice de divulgação e conformidade.

Assim, diante das novas exigências estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: como as empresas listadas do segmento de utilidade pública listadas na B3 evidenciaram os Ativos Intangíveis em suas Demonstrações Contábeis no ano de 2015 e 2016?

A presente pesquisa se justifica pela importância do tema, e ainda existir a necessidade de novos estudos, devido ao crescente aumento da materialidade dos valores dos Ativos Intangíveis no que diz respeito à composição do Patrimônio Líquido das empresas. Também decorre da importância e representatividade deste setor na B3 e na economia nacional e além disso, o aumento das concessões públicas em áreas como a de transporte e mobilidade, exploração de recursos naturais, entre outros, tem movimentado quantias elevadas de recursos. Analisar as empresas participantes desses processos, se estão reconhecendo e evidenciando adequadamente tais contratos é importante no sentido de aumentar a transparência e a confiabilidade do investidor no mercado onde operam tais organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aborda-se neste tópico conceitos relacionados as Normas Internacionais de Contabilidade, Ativo Intangível e sua evidenciação, e pesquisas anteriores sobre o tema.

2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Segundo Farias (2009), a coexistência de práticas contábeis diversas entre países e a sua consequente necessidade de preparação de demonstrações contábeis em padrões distintos pelas empresas multinacionais concorrem para que haja dificuldade de interpretação das informações, tornando a globalização do mercado de capitais e a internacionalização das empresas dois dos fatores mais importantes para se entender o processo de busca da harmonização das normas internacionais de contabilidade. Essa diversificação das práticas contábeis pode afetar a qualidade informacional da contabilidade, diminuindo a confiança dos investidores, ao utilizá-la como insumo para suas decisões. É fundamental a busca pela harmonização das práticas contábeis, para que se satisfaçam as necessidades dos investidores estrangeiros quando procuram oportunidades de negócios.

Essas normas, são aplicáveis e compreensíveis, proporcionam transparência e segurança das informações nas Demonstrações financeiras e em outros relatórios contábeis, facilitando o entendimento entre os participantes do mercado de capitais do mundo e outros usuários da contabilidade, na tomada de decisões econômicas.

Para Coutinho (2013), as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) desenvolveram-se no intuito de criar um padrão, em nível mundial, de normas contábeis, tendo em vista o crescimento da economia globalizada. As normas foram adotadas primeiramente pelos países da União Europeia com o objetivo de reunir às demonstrações financeiras consolidadas elaboradas por suas empresas. Internacionalmente a iniciativa foi acolhida pela comunidade financeira.

No ano de 1973, foi criado o comitê internacional de pronunciamentos contábeis denominado *International Accounting Standards Committee* (IASC) pelos organismos profissionais de contabilidade daAlemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Holanda e Reino Unido. Essa entidade foi criada com o objetivo de formular e publicar, de modo totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser mundialmente aceito.

2.1.1 Adoção das Normas Internacionais Contábeis no Brasil

As Normas Internacionais de Contabilidade – *International Financial Reporting Standars* – IFRS surgiram por estarmos inseridos, nesse século, em um ambiente de integração entre as economias de todos os países. Segundo Deloitte (2011, p.1): A globalização da contabilidade está inserida em um contexto de globalização da economia mundial, em termos principalmente de captação de recursos internacionais e de redução das barreiras comerciais entre as nações. A informação contábil se tornou ainda mais importante para decisões de investidores e para gestão dos administradores.

Segundo Mourad e Paraskevopoulos (2010) com a adoçãodo IFRS no Brasil, profissionais de diversos segmentos estão tendo contato pela primeira vez com o IAS 32, IAS

39 e IFRS 7. Apesar da existência de diversos assuntos que já foram convergidos para o IRFS, ainda existem diversas áreas que fazem parte do projeto de trabalho CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) no país em relação às normas contábeis pra instrumentos financeiros.

O IASB é o órgão responsável pela IFRS criado para coordenar a convergência as normas e regulamentá-las nos sistemas jurídicos dos países optantes a adoção, assim iniciou-se no mundo na última década a adoção das Normas Internacionais de contabilidade.

As normas tiveram o início de sua adoção na Europa em meados de 2001 pela Comissão que decidiu adotar as normas internacionais de contabilidade, estabelecendo no ano de 2005 a adoção foi integral. Segundo Iudícibus (2010), a adoção das IFRS e a prevalência da essência sobre a forma devem ser de amplo conhecimento tanto do contador quanto do auditor, no que tange à operação a ser contabilizada e as circunstâncias que as cercam. Não basta apenas contabilizar o que está escrito, ou seja, há que ter certeza de que o documento formal represente, de fato, a essência econômica dos fatos sendo registrados.

No Brasil a regulamentação é realizada através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC. Em 2007 com a publicação da Lei 11.638/2007começa a convergência brasileira aos padrões internacionais e em 2009 com a Resolução CFC 1.156/2009, as NBCs devem seguir os padrões internacionais contidos nos *International Financial Reporting Standards* (IFRS) publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 2005, no Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), segundo Mourad (2010) a Resolução CFC nº 1.055 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC estuda o preparo e a publicação de novos Pronunciamentos Técnicos que validam a introdução dos IFRS nas práticas contábeis no Brasil... Possui amplo plano de trabalho para tradução, discussão, aprovação e publicação de todas as normas internacionais de contabilidade gradualmente.

A partir de 2010 ficam obrigadas todas as empresas, a elaborar seus demonstrativos financeiros conforme as novas normas. Deve ser observado o conjunto completo de IFRS pelas sociedades de grande porte e as pequenas e medias empresas estão sujeitas ao previsto na Resolução CFC 1.255/2009. As principais mudanças se referem à nova estruturação do Balanço Patrimonial, os critérios de avaliação dos ativos e passivos, a publicação do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, dentre outros.

Uma das razões citadas pelo CPC para a integração das regras é o custo extra que investidores de outros países têm para trocar informações com empresas brasileiras, custo este destinado a contratação de consultores e empresas especializadas na conversão dos demonstrativos brasileiros aos padrões utilizados pelos investidores. Para melhor entender a evolução da harmonização da contabilidade é necessário analisar desde o período de criação até 2001, dividindo em cinco fases distintas conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Evolução da harmonização contábil

Fase	Período	Descrição
1ª Fase	1973 a 1974	Período inicial de estruturação do IASC, tendo sua criação no ano de 1973 e em 1974 sua primeira elaboração de pronunciamento.

2ª Fase	1975 a 1984	Expansão do IASC, coincidente com a criação e formação do Internacional Federa*tion of Acountants* (IFAC). Períodomarcado pelo primeiro pronunciamento entrado em vigor doIASC, o Brasil que era membro do IASC, passa a ser membro da IFAC.
3ª Fase	1985 a 1994	Marcado pela ampliação do IASC e a publicação do IAS, que aumentou as discussões sobre a harmonização da contabilidade no mundo.
4ª Fase	1995 a 1998	O IASC concentra-se na revisão da Normas Internacionais de Contabilidade (IAS).
5ª Fase	1999 a 2001	Reestruturação do IASC/IASB, no Brasil a primeira tradução oficial para o português do IAS.

Fonte: Adaptado de Werffort (2005)

O Conselho de Monitoramento tem como objetivo o fornecimento de um mecanismo para o intercâmbio formal entre autoridades dos mercados de capitais responsáveis pelo conteúdo dos relatórios financeiros e a Fundação IFRS.

2.2 ATIVO INTANGÍVEL E EVIDENCIAÇÃO

Iudícibus et al. (2010) e Hendriksen e Van Breda (1999) salientam que a definição de intangível precisa conter, obrigatoriamente, além do fator intangibilidade, os mesmos conceitos da definição de ativo, quais sejam: (a) recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade (CPC 04, 2010). Os autores acrescentam ainda que ativos que carecem de substância devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos.

Segundo Iudícibus *et al*., (2010) são considerados ativos intangíveis os bens que não são físicos, ou seja, é todo o bem que possui valor econômico, mas é um bem incorpóreo, que não se pode tocar como exemplos podem citar; marcas e patentes, softwares entre outros. No Brasil os ativos intangíveis ganharam destaque e reconhecimento com a mudança significativa na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis brasileiras, com a criação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Com as alterações na Lei nº 6.404/76 para as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 o Balanço Patrimonial passou a adotar nova estrutura, dentre as novidades surge à criação do grupo "Intangível", que passou a fazer parte do ativo não circulante. A inclusão desse grupo já vinha sendo exigida para as companhias abertas por força da Deliberação CVM n° 488/05. A adoção do grupo intangível pelas entidades brasileiras, fez com que as contas do ativo tivessem uma nova reclassificação, com isso houve uma redução nos grupos de contas "investimentos", "imobilizado" e "diferido", lembrando que os saldos dos diferidos que não foram reclassificados podem ser mantidos até sua completa amortização ou ainda baixados contra lucros ou prejuízos acumulados.

Os intangíveis não possuem substância física, mas é um recurso controlado pela empresa ou entidade ao qual resulta de um evento passado e que se espera resultar em benefícios no futuro da entidade. Só é reconhecido como intangível o bem que atender a três critérios que são a identificação, controle e geração, como pode-se observar nas definições:

> Identificável: se ele for separável ou se resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais;
> Controlado pela entidade: se ela detém o poder de obter benefícios econômicos futuros e é capaz de restringir o acesso de terceiro;
> Gerado de benefícios econômicos futuros: os quais podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. (SCHMIDT et al., 2009 p.5)

Portanto temos como exemplos os seguintes intangíveis: os Intangíveis tradicionais; nomes de produtos; direitos de autoria; compromissos de não concorrer; franquias; interesses futuros; *goodwill*; licenças; direitos de operação; patentes; matrizes de gravação; processos secretos; marcas de comércio; despesas diferidas; propaganda e promoção; adiantamentos e a autores; custos de desenvolvimento de software; custos de emissão de títulos de dívida; custos judiciais; pesquisa de marketing; custos de organização; custos pré-operacionais; custos de mudança; reparos; custos de pesquisa e desenvolvimento; custos de instalação e marcas de produtos custos de treinamento.

Para o entendimento da evidenciação (ou divulgação), vale reportar-se ao disclosure. Evidenciação, de acordo com Aquino e Santana (1992), refere-se à divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado. Para Niyama e Gomes (1996) a evidenciação diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico sobre as operações, recursos obrigações de uma entidade.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), o disclosure pode ser classificado em três níveis: divulgação adequada, justa e completa. A divulgação adequada pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras.

De acordo com o CPC 04 (R1), a empresa deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) se a vida útil do intangível é definida ou indefinida, justificando os motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à respectiva definição, além dos prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;

b) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;

c) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída; e

d) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, incluindo informações sobre adições, baixas e transferências, ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas, bem como os adquiridos por meio de combinação de negócios.

A adoção pela CVM do CPC 04 (R1, 2010) demonstra que existe uma preocupação por parte dos órgãos regulamentadores para que se encontre uma maneira de padronizar e tornar

compreensíveis as demonstrações contábeis em relação aos intangíveis, de modo que diminua as diferenças de mensuração e evidenciação, permita uma melhor comparabilidade entre as empresas. Desta forma, a promulgação do CPC 04 (R1) culminou na exigência de uma melhor evidenciação dos elementos intangíveis das empresas, uma vez que definiu critérios para reconhecimento, mensuração e exigências específicas sobre informações a serem divulgadas sobre este grupo de ativo.

2.2 PESQUISAS ANTERIORES

Macagnan (2009) identificou os fatores que influenciavam na extensão da evidenciação voluntária de recursos intangíveis em empresas listadas no Mercado Contínuo da Bolsa de Valores da Espanha. Os resultados apontam que fatores como: o tamanho, o setor, o endividamento, o grau de internacionalização, os anos de existência e a diferença entre o preço da ação sobre o valor contábil da empresa explicam a maior extensão da evidenciação de informação de recursos intangíveis.

Moura et al. (2011) verificaram se entre as maiores empresas brasileiras listadas nos setores econômicos da B3, aquelas com maior conformidade quanto ao disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de Governança Corporativa.

Marques, Santos e Gouveia (2011), analisaram a evidenciação do Ativo Intangível nas demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias abertas vencedoras do 13º Prêmio Troféu Transparência do ano de 2009. Foram analisadas a normatização contábil vigente no Brasil que trata da divulgação de Ativos Intangíveis, as demonstrações contábeis do exercício social de 2008. No trabalho contatou-se pelos autores que as demonstrações contábeis analisadas atenderam, em sua maioria, às normas de divulgação vigentes.

Lopes et al. (2014), identificaram o nível de aderência das empresas de capital aberto do setor de bens industriais aos itens de evidenciação do CPC 04 (R1, 2010), desde sua aplicabilidade no ano de 2008 até o exercício encerrado em 2011. A partir dos resultados da pesquisa os autores demonstraram que, em média, nos quatro anos de análise, o índice de conformidade das informações divulgadas foi de, em média, 61,94% e que a o nível de aderência das companhias analisadas ao CPC 04 (R1, 2010) foi aumentando com o passar dos anos.

Silva, Ferreira e Maragno (2017), analisaram o nível de evidenciação dos Ativos Intangíveis nas empresas listadas no setor de Saúde da B3 no ano de 2016, de acordo com as normas do CPC 04 (R1, 2010) com base em um check list elaborado por Moura, Varela e Beuren (2014), em conformidade também com o mesmo CPC. Os resultados apontaram que 6,7% da amostra apresentou nível baixo, 13,3% médio/baixo nível, 60% médio/alto e 20% nível alto de evidenciação das divulgações obrigatórias dos intangíveis, segundo os quesitos de divulgação conforme o check list baseado no CPC 04 (R1, 2010).

3 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, que se deu por meio de coleta de dados e com análise e seleção das empresas e de seus Balanços Patrimoniais e das Notas

Explicativas, a fim de buscar as informações para a realização do estudo. Quanto aos fins, trata-se de um estudo descritivo. Quanto aos procedimentos, que se refere à maneira pela qual se conduzirá o estudo, trata-se de uma pesquisa documental.

A coleta de dados deu-se através de informações extraídas das Demonstrações Contábeis consolidadas das empresas selecionadas, foram utilizados como base os relatórios referentes ao exercício findo em 31/12/2015 e 31/12/2016, divulgados no próprio site da B3. A análise das notas explicativas deu-se através da busca de palavras chaves relacionadas ao assunto e de sua leitura. Também foi utilizada a elaboração de um *checklis*t para auxiliar no encontro dos dados e facilitar a sua análise, a Tabela 01 nos demonstra quais empresas foram analisadas.

Tabela 01:Empresas analisadas

SEGMENTO: UTILIDADE PÚBLICA ANOS 2015 E 2016		
Nº Empresas	**EMPRESAS**	**Segmento**
1	CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.-CASAN	Água e Saneamento
2	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	Água e Saneamento
3	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	Água e Saneamento
4	CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	Água e Saneamento
5	IGUA SANEAMENTO S.A.	Água e Saneamento
6	SANESALTO SANEAMENTO S.A.	Água e Saneamento
7	AES ELPA S.A.	Energia
8	AES TIETE ENERGIA SA	Energia
9	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Energia
10	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	Energia
11	ALUPAR INVESTIMENTO S/A	Energia
12	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Energia
13	ANDRADE GUTIERREZ CONCESSOES S.A.	Energia
14	BONAIRE PARTICIPACOES S.A.	Energia
15	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	Energia
16	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	Energia
17	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	Energia
18	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	Energia
19	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	Energia
20	CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	Energia
21	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	Energia
22	CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGPAR	Energia
23	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	Energia
24	CIA ENERGETICA DE BRASILIA	Energia
25	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	Energia
26	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	Energia
27	CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	Energia
28	CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	Energia
29	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	Energia

30	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	Energia
31	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	Energia
32	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	Energia
33	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	Energia
34	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	Energia
35	CPFL ENERGIA S.A.	Energia
36	CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	Energia
37	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	Energia
38	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	Energia
39	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Energia
40	EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	Energia
41	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	Energia
42	ELEKTRO REDES S.A.	Energia
43	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	Energia
43	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	Energia
44	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	Energia
45	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	Energia
46	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.	Energia
47	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	Energia
48	ENERGISA S.A.	Energia
49	ENEVA S.A	Energia
50	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	Energia
51	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	Energia
52	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.	Energia
53	LIGHT S.A.	Energia
54	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	Energia
55	NEOENERGIA S.A.	Energia
56	OMEGA GERAÇÃO S.A.	Energia
57	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	Energia
58	REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	Energia
59	RENOVA ENERGIA S.A.	Energia
60	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Energia
61	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	Energia
62	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	Energia
63	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	Energia
64	TERMOPERNAMBUCO S.A.	Energia
65	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Energia
66	UPTICK PARTICIPACOES S.A.	Energia
67	CIA DISTRIB DE GAS DO RIO DE JANEIRO-CEG	Gás
68	CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS	Gás

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A escolha deste setor ocorre por se tratar de serviços prestados a comunidade, onde no setor de Utilidade Pública, participam empresas de Água e Saneamento, Energia Elétrica e Gás - as empresas têm contratos de concessão com o poder público, para os quais foram estabelecidas normas por meio do CPC 04 e ICPC 01, para regular os ativos intangíveis e vinculá-los aos critérios para definição de preços/tarifas e equilíbrio econômico financeiro previstos nos editais de concessão.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS MAIS EVIDENCIADOS

Os dados coletados para a análise de evidenciação das informações divulgadas sobre Ativos Intangíveis foram retirados das demonstrações contábeis consolidadas das entidades selecionadas, tendo como base os relatórios referentes ao exercício de 2015 e 2016 e respectivas notas explicativas, divulgados no site da BM&FBovespa, no no setor de utilidade pública da B3. A análise das notas explicativas foi realizada por meio de leitura e busca por palavras-chave associadas aos itens do checklist adaptado de Lopes et al. (2014).

A amostra é composta por 68 empresas do setor de utilidade pública sendo que este está dividido em 3 segmentos que são eles: água e saneamento, energia elétrica e gás conforme nos mostra a Tabela2.

Tabela 2: População amostra

Setor Utilidade Pública	
Água e Saneamento	6
Energia Elétrica	60
Gás	2
Total	**68**

Fonte:Elaborado pelos autores (2017)

Com base na Tabela 2, verifica-se que o segmento com maior predominância no setor de Utilidade Pública da B3 nos anos pesquisados é o de Energia Elétrica com 60 empresas representando 88,23% da população. Em contraste, o segmento com menor representatividade é o de Gás, com apenas duas empresas nos anos de análise.

A NBC TG 04 apresenta as definições e normas aplicáveis aos Ativos Intangíveis, na qual, para que seja reconhecido um ativo como intangível é necessário que atenda os pressupostos de identificação, geração de benefícios econômicos, ser controlado pela entidade. O objetivo da presente Norma é definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outra norma. Conforme a norma, Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Desta forma as empresas evidenciaram seus Ativos Intangíveis conforme é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Evidenciação Intangíveis no Balanço Patrimonial

Descrição	2015	2016

Divulgaram o Ativo Intangível no Balanço Patrimonial	92,65%	89,71%
Não Divulgaram o Ativo Intangível no Balanço Patrimonial	7,35%	10,29%
Total:	100%	100%

Fonte:Elaborado pelos autores (2017)

Conforme Tabela 3, verifica-se que dentre as 68 empresas analisadas no ano de 2015 apenas 5 delas não possuem evidenciação de Ativos Intangíveis em seu Balanço Patrimonial, já no ano de 2016 este número aumentou para 7 empresas. Na análise sobre a evidenciação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial.

Nota-se que em 2015 que 63 empresas divulgaram o Ativo Intangível nos Balanços Patrimoniais representando assim 92,65% e as empresas que não divulgaram seu Ativo Intangível foram 05 empresas representando 7,35% do total. Já em 2016, percebe-se que o número de empresas que divulgaram o Ativo Intangível diminuiu em relação ao ano de 2015, pois 61 empresas divulgaram, representando 89,71% e 07 empresas não divulgaram, representando 10,29% de não divulgação.

Além da análise sobre a evidenciação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial também se verificou a evidenciação nas Notas explicativas. Iudícibus (2004, p. 126) relata as principais formas de evidenciação das informações contábeis podem ser por meio de informação entre parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração, entre outras formas. Na tabela 4, observa-se a evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas.

Tabela 4: Evidenciação Intangíveis nas Notas Explicativas

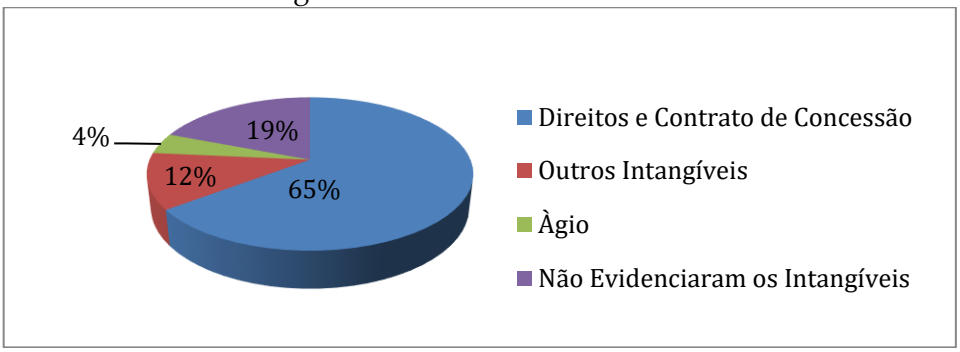
Descrição	2015	2016
Divulgaram o Ativo Intangível nas Notas Explicativas	80,88%	80,88%
Não Divulgaram o Ativo Intangível nas Notas Explicativas	19,12%	19,12%
Total:	100%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores 2017

Nas Notas Explicativas conforme apresentado na Tabela 4, observa-se um aumento em relação a não evidenciação dos Ativos Intangíveis, pois no ano de 2015 foram 13 empresas das 68 analisadas que não evidenciaram o Ativo Intangível, sendo que no ano de 2016 este número se manteve. Isso demonstra que as empresas estão cada vez mais, em busca de adequações para que em suas demonstrações contábeis facilitem as tomadas de decisões.

As entidades podem fazer as evidenciações de seus Ativos Intangíveis nos Balanços Patrimoniais ou nas Notas Explicativas, elas devem trazer a informação de que Ativo Intangível incorpora o ativo daquela empresa, pode-se evidenciar vários Ativos Intangíveis, podem ser licenças de softwares, contratos de concessões, *goodwill* entre outros. O Gráfico 1 nos apresenta a informação de quais foram os Ativos Intangíveis mais evidenciados nas 68 empresas analisadas.

Gráfico 1: Ativos Intangíveis Evidenciados



Fonte: Elaborado pelos autores 2017

Observa-se que os direitos e contratos de concessão de serviço foram os mais evidenciados, demonstrando 65% dos intangíveis, ou seja, a maior parte do Ativo Intangível que compõem estas empresas está ligada aos contratos de concessão de serviço, seja ela de saneamento, energia ou gás, já os demais intangíveis demonstrados ficam com outros intangíveis, ágios, *e* uma porcentagem por não evidenciar os intangíveis conforme nos mostra o gráfico 1.

Nos intangíveis mais evidenciados, 65% tratam-se de contrato de concessão, sendo eles representados por 44 empresas, já os 12% correspondentes a outros intangíveis são demonstrados por 8 empresas que não trazem especificação de que intangível se trata, 4% representam 3 empresas que evidenciam o ágio como sendo seu Ativo Intangível e os 19% demonstrados no gráfico são incorporados por 13 empresas, as quais não possuem intangível evidenciado.

Nas análises realizadas percebe-se que a minoria das empresas não disponibilizam informações sobre os intangíveis, uma delas seria sobre o custo de aquisição do Ativo Intangível. Das empresas analisadas foram identificados os valores de custos de aquisição desses Ativos Intangíveis em 48 empresas no ano de 2015, sendo que no ano de 2016 esse número aumentou para 50 empresas que de alguma forma demonstraram o valor em suas Notas Explicativas conforme nos mostra a tabela 5.

Tabela 5: Menção da Amortização Acumulada do Ativo Intangível nas Notas Explicativas

Descrição	2015	2016
Mencionaram a Amortização Acumulada do Ativo Intangível nas Notas Explicativas	72,06%	76,47%
Não Mencionaram a Amortização Acumulada do Ativo Intangível nas Notas Explicativas	27,94%	23,53%
Total:	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores 2017

Um Ativo Intangível pode ter vida útil definida ou indefinida. Quando o ativo tiver vida útil indefinida este não será´ amortizado. Quando o ativo intangível tiver vida útil definida, a amortização será´em função da vida útil estimada (PADOVEZE, 2014). O valor

amortizável de ativo intangível com vida útil definida está disposto naNBC TG 04, o valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda, de acordo com a NBC TG 31, que trata desse tema, ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Se não for possível determinar esse padrão com confiabilidade, deve ser utilizado o método linear. A despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, a não ser que outra norma contábil permita ou exija a sua inclusão no valor contábil de outro ativo.

Nota-se que as empresas estão cada vez mais se conscientizando e buscando informações sobre os intangíveis, um assunto até então desconhecido, e estão buscando cada vez mais se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade, para que seus relatórios tragam de forma objetiva e clara as informações necessárias, apesar de ainda ser um processo lento, verificando a comparação que do ano 2015 para 2016 a não menção da amortização acumulada acabou diminuindo para 4,41%. O percentual de menção a Amortização Acumulada do Ativo Intangível nas Notas Explicativas em 2015 foi de 72,06% e 2016 foi de 76,47%, embora esse número venha aumentando a cada ano, este percentual ainda é pequeno se observarmos a obrigatoriedade do CPC 04.

Para que ocorra a menção do valor de custo de aquisição de um Ativo Intangível é necessário que haja o seu preço de compra e a ele deverá ser acrescido os impostos de importação além dos impostos não recuperáveis sobre a compra, após deverá ser deduzidos os descontos comerciais e abatimentos, além de qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para finalidade proposta.

Por isso algumas empresas ainda não mencionam o valor exato do custo de aquisição em suas demonstrações contábeis, apenas sinalizam que o mesmo existe já outras acabam ocultando essa informação como nos mostra a tabela 6.

Tabela 6: Menção do Valor Custo de Aquisição do Ativo Intangível nas Notas Explicativas

Descrição	2015	2016
Mencionaram o Valor Custo de Aquisição do Ativo Intangível nas Notas Explicativas	70,59%	72,06%
Não Mencionaram o Valor Custo de Aquisição do Ativo Intangível nas Notas Explicativas	29,41%	27,94%
Total:	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores 2017

O item 24 da NBC TG 04 determina que, um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo. Quanto ao reconhecimento inicial, o ativo intangível deverá ser mensurado pelo custo. A norma define o custo como sendo o valor de caixa ou equivalentes

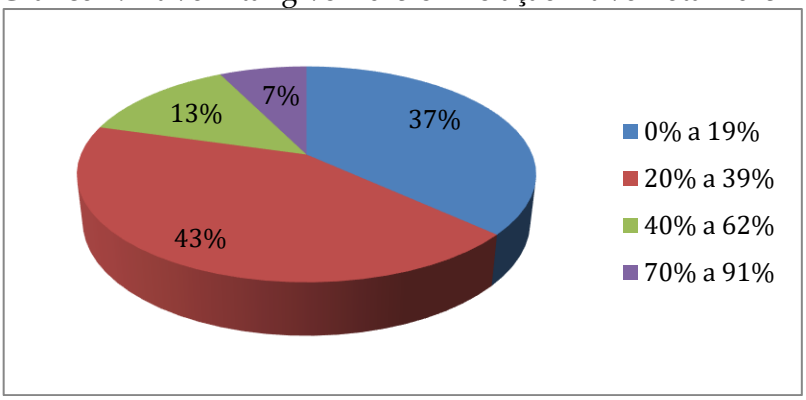
de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra retribuição dada pela entidade para adquirir o ativo no momento de sua aquisição ou contrição (ERNST; YOUNG, 2010). O custo desse intangível segundo Iudícibus et al. (2013) inclui o preço de compra e a totalidade dos gastos necessários para colocá-lo em condições de funcionamento, mas se um intangível for adquirido em uma combinação de negócio deve ser mensurado pelo valor justo 6 6 no momento da aquisição.

4.2 PROPORÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL

No setor de Utilidade Pública verifica-se um percentual significativa de participação do Ativo Intangível, pois dentre esse percentual temos algumas empresas como a Sanesalto Saneamento S.A que incorpora 90% do seu Ativo Total é formado pelo Ativo Intangível.

Foram agrupadas as empresas de acordo com os seus percentuais, sendo de 0 a 19%, 20 a 39%,40 a 69% e 70% a 91% a fim de identificar quantas empresas tem os maiores percentuais do Ativo Intangível comparado ao Ativo total. Os resultados são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Ativo Intangível 2015 em relação Ativo Total 2015



Fonte: Elaborado pelos autores 2017

As empresas do segmento de saneamento, são as que possuem maior percentual de incorporação do Ativo Intangível com relação ao seu Ativo Total, como pode-se citar: a Sanesalto Saneamento S.A, a Cia Saneamento Básico Estado de São Paulo e a Cia Saneamento do Paraná-SANEPAR.

Já as empresas de energia elétrica são as que possuem as empresas com menor incorporação do Ativo Intangível como pode-se citar as empresas que não tem intangível relacionado ao seu Ativo Total que são: Produtores Energet. De Manso S.A.- PROMAN, Renova Energia S.A, Termopernambuco S.A., Afluente Transmissão de Energia Elétrica S/A, Andrade Gutierrez Concessões S.A., Bonaire Participações S.A., Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A e Centrais Elet. Bras S.A. – ELETROBRAS. Estas empresas não trouxeram em seus Balanços Patrimoniais e nem em suas Notas Explicativas, demonstrações de Ativo Intangível.

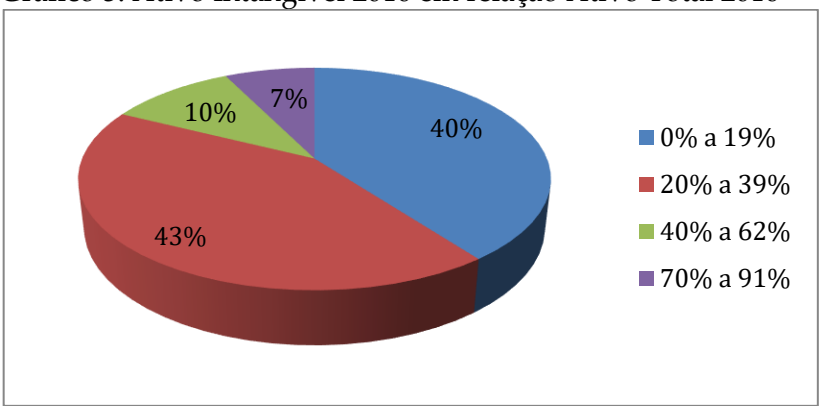
Pode-se observar que entre o ano de 2015 para o ano de 2016 ocorreram algumas mudanças, empresas que no ano de 2015 apresentavam um percentual de 41,23% de seu Ativo Total incorporado pelo Ativo Intangível como é o caso da empresa AES ELPA S.A., no ano de 2016 esta mesma empresa não apresentou evidenciação de Ativos Intangíveis em suas

demonstrações, também nota-se que a empresa AES no ano de 2015 estava em décimo terceiro lugar, no ano de 2016 caiu para sexagésimo lugar na tabela.

No setor de Utilidade Pública observa-se que 7% das empresas tem maior representatividade do Ativo Intangível em relação ao seu Ativo Total são representadas por 5 empresas as quais pode-se citar que 3 delas fazem parte do segmento de água e saneamento e apenas uma compõe o segmento de gás, ou seja, seu Ativo Total é composto por mais de 70% de Ativos Intangíveis, bens incorpóreos, enquanto 37% tem até 20% da composição de seu Ativo Total se dá pela compreensão dos Ativos Intangíveis, ou compõem esse percentual 25% empresas do segmento energia.

Pode-se observar algumas alterações em relação aos Ativos Intangíveis e o Ativo Total de 2015 para 2016 como nos mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Ativo Intangível 2016 em relação Ativo Total 2016



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

No Gráfico 3 observar que o percentual de empresas com maior representatividade do Ativo Intangível em relação ao seu Ativo Total se mantém em 7% no ano de 2016,sendo este percentual representado por 5 empresas as quais pode-se citar que 3 delas fazem parte do segmento de água e saneamento e apenas uma compõe os segmento de gás, ou seja, seu ativo total é composto por mais de 70% de Ativos Intangíveis, bens incorpóreos, enquanto 37% tem até 20% da composição de seu ativo total se dá pela compreensão dos Ativos Intangíveis, ou compõem esse percentual 27 empresas do segmento energia, neste percentual observa-se um aumento de 3% em relação ao ano de 2015.

4.3 MÉTODO DO VALOR DE CUSTO OU MÉTODO DE VALOR JUSTO DE MERCADO

Com relação à maneira de divulgação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial, verifica-se que a maioria das empresas analisadas apresenta de forma sintética, não especificando os tipos de Ativos que são escriturados. A Tabela 7 mostra os resultados obtidos com relação à forma de divulgação dos Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial. Quanto à forma de mensuração dos Ativos Intangíveis que pode ser pelo método do valor de custo de aquisição ou pelo método de valor justo de mercado, as empresas que evidenciaram a forma de mensuração dos Ativos Intangíveis no período analisado optaram por avaliar os Ativos Intangíveis pelo seu preço de aquisição.

Tabela 7: Divulgação do valor de custo ou valor justo de mercado

Descrição	2015		2016	
	Sim	Não	Sim	Não
Valor de custo de aquisição	70,59%	29,41%	72,06%	27,94%
Valor justo de mercado	85,29%	14,71%	86,76%	13,24%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Na tabela 7 demonstra-se a divulgação das empresas pelo método do valor de custo de aquisição ou pelo método de valor justo de mercado, nota-se que no ano de 2015, pelo método de custo de aquisição 70,59% das empresas divulgaram e 29,41% das empresas não divulgaram no Balanço Patrimonial, já no ano de 2016, 73.06% das empresas divulgaram e 27,94% não divulgaram no Balanço Patrimonial. Quanto ao método de valor justo de mercado, no ano de 2015, um número de 85,29% divulgou e 14,71% não divulgaram no Balanço Patrimonial, e no ano de 2016, 86,76% das empresas divulgaram e 13,34% não divulgaram no Balanço Patrimonial.

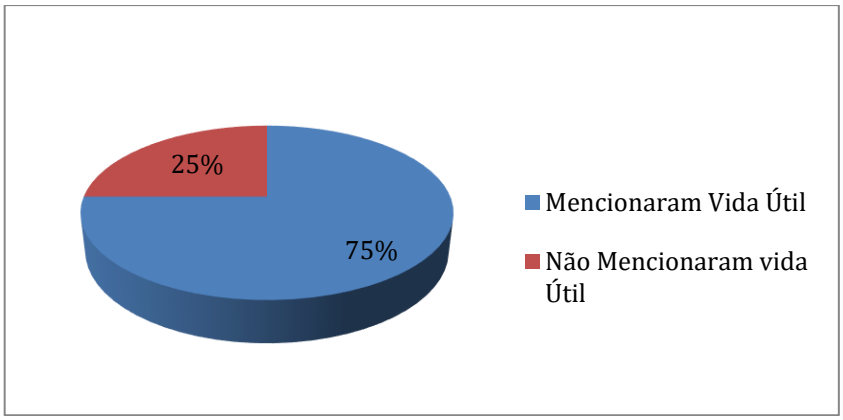
Pode-se verificar que pelo método de valor justo de aquisição, quanto pelo método de valor justo de mercado, do ano 2015 para o ano 2016 uma pequena variação de 1 a 2 por cento, de maior para menor, na divulgação no balanço patrimonial.

Essa forma de mensuração é a pratica mais presente na contabilidade, Iudícibus (2006) argumenta que um dos motivos para essa forma de registro ser a mais utilizada é a objetividade que os valores são apresentados, e ainda por poder apresentar o valor máximo para as empresas ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda.

4.4 MENÇÃO VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS

Conforme análise das demonstrações contábeis a maioria das empresas analisadas não mencionam sobre a vida útil de seus Ativos Intangíveis, pois como se trata de um bem incorpóreo acaba por dificultar a menção da vida útil desses Ativos. Pode-se observar no gráfico 6 o percentual de empresas que mencionaram sobre a vida útil.

Gráfico 4: Menção Vida Útil Ativos Intangíveis



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O Gráfico 4 demonstra que nos anos de 2015 e 2016 51 empresas mencionaram a vida útil de seus Ativos Intangíveis às quais representam os 75% de empresas que não mencionam. Já as 17 empresas que mencionaram a respeito de vida útil representam os 25%, sendo que a vida útil pode ser classificada em vida útil definida ou indefinida. Nesta classificação apenas 6 empresas as quais representam o percentual de 9% mencionaram que seus Ativos Intangíveis possuem vida útil definida enquanto 91% representado por 62 empresas não mencionaram sobre a vida útil, enquanto nos anos de 2015 e 2016 100% das empresas não mencionaram vida útil indefinida em seus Ativos Intangíveis.

A empresa deve avaliar se a vida útil de um Ativo Intangível é definida ou indefinida. A contabilização de Ativo Intangível baseia-se na sua vida útil. Um Ativo Intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um Ativo Intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo consiste em identificar evidenciação de informações compulsórias sobre Ativos Intangíveis de empresas listadas no setor de utilidade púbica da B3 referente ao exercício de 2015 e 2016, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04. Analisaram-se os Ativos Intangíveis de sessenta e oito (68) empresas de acordo com as normas internacionais de contabilidade e o CPC04, com um estudo comparativo entre as amostras obtidas para identificar quais ativos intangíveis são mais evidenciados e se ocorre a utilização das normas internacionais de contabilidade do CPC 04.

No setor de Utilidade Pública verificou-se uma participação significativa do Ativo Intangível em relação ao Ativo Total. Quanto à divulgação das informações referente aos Ativos Intangíveis, os resultados mostram que mesmo após a vigência da Lei 11.638/07, tanto no ano de 2015 quanto no ano de 2016, destas análises, 95,59% das empresas divulgaram o valor do Ativo Intangível em seu Balanço Patrimonial e 4,41% não divulgaram. A forma de mensuração mais praticada pelas empresas é feita pelo método de valor de custo de aquisição e o motivo dessa preferência é devido à objetividade que os valores são apresentados. As normas brasileiras, por meio do CPC 04, exigem a identificação, o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis em conformidade com as normas internacionais, já que o CPC 04 é uma correlação ao IAS nº. 38. Entretanto, com essa pesquisa, observou-se que

algumas empresas ainda se encontram em processo de adaptação às normas brasileiras, pois ainda não atenderam a todos os requisitos que são exigidos pelo CPC.

Dada a limitação dessa pesquisa quanto à análise dos Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas nos exercícios findos de 2015 e 2016, sugerem-se como futuros trabalhos: analisar os Balanços Patrimoniais e as Notas Explicativas das empresas listadas no mercado da B3 de outros segmentos, deste segmento referentes aos próximos exercícios, ampliando os estudos sobre o tema, para assim verificar se as empresas se adequaram as exigências das normas internacionais no que diz respeito ao registro de Ativos Intangíveis.

Sugere-se também amplicar a amostra e realizar um comparativo com outros anos, e ainda com a utilização de técnicas estatísticas. Aplicar o mesmo instrumento e adaptá-lo, com o objetivo de verificar a aderência de obrigatoriedades de divulgação estabelecidas para os ativos intangíveis exigidos na NBC TG 04, atribuindo outras variáveis capazes de indicar o nível de evidenciação das empresas listadas na B3.

REFERÊNCIAS

COLAUTO et al.Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa, Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 20, n. 1, p. 142-169, jan./mar. 2009.

COLAUTO. R. D.; MAMBRINI, A. Avaliação do Capital Intelectual não Adquirido: uma proposta para Instituição de Ensino Superior Privada. In:Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006. São Paulo. Anais...São Paulo: USP, 2006. CD-ROM.

COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. **Impactos da Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade nas Companhias abertas Brasileiras do Setor de Construção Civil**. 2013. Disponível em: <*www. labcont.com/4publica/Impactos%20da%20adoção.pdf*>. Acesso em: 20/04/2017.

CUNHA, Alessandra Garcia; SOUZA, Andréia Alves de; SANTANA, Luiz Felipe de; MAGALHÃES, Vanessa Gonçalves de; PELEGRINI, Verônica Siqueira; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. **Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo de Caso com Empresas Brasileiras.** Disponível em:<*http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=270* > Acesso em: 23/03/2017.

DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade IFRS** – 1. Ed. – 4. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2011.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras** – São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. **Tópicos para Pesquisa sobre Contabilidade Internacional: Evidências Empíricas no Brasil. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. 2009**. **Anais**... Curitiba: Anpad., 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2006.

FILIPIN, Roselaine; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin.; ANDRADES, Ana Caroline Marques de; ***Disclosure*** **dos Ativos Intangíveis em Empresas Listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa**. Disponível em:< *http://www.crcrs.org.br/arquivos/XVICCRS/trabalhos_cientificos/848_disclosure_ativos_intangiveis.pdf>Acesso em:12/10/2017.*

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **FIPECAFI Manual de Contabiliade Societária.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Lopes, L. C. et al. (2014). Evidenciação das Informações dos Ativos Intangíveis: Um Estudo Sobre o Nível de Aderência das Companhias Brasileiras do Setor de Bens Industriais Listadasna Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. Qualit@s Revista Eletrônica, Campina Grande, v. 15, n. 1, p.1-14. Recuperado em 12 de abril de 2019, http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/132

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, mai./ago. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica 10ª Edição**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

Marques, J. A. V. C, & Santos, R. F., & Gouveia, V. A. L. (2011). Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p.45-54

MOURA, G. D. et al. Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis, 11, 2011. São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/507.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2011.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. IFRS – **Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. IFRS –**Normas Internacionais de Contabilidade para Instrumentos Financeiros IAS 32, IAS 39 e IFRS 7**. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições

assemelhadas. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 15, 1996. Brasília. Anais... Brasília: CFC, 1996. CD-ROM.

PADOVEZE, Clóvis Luís Padoveze; Gideon Carvalho de Benedicto; Joubert da Silva Jerônimo Leite. **Manual de Contabilidade Internacional: IRF – US Gaap – BR Gaap – Teoria e Prática.** São Paulo: 1 ed. Cengage Learning, 2012

PICETTI, F.M; CARRARO, W.H. **Análise das Mudanças na Contabilidade Brasileira**. Rio Grande do Sul 2011.Disponível em:*<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34875/000784651.pdf>* Acesso em 20/04/2017.

RIBEIRO, Osni de Moura. **Contabilidade Geral Fácil 7ª Edição.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

ROLIM, M. V.**Estudo do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE** 100. Dissertação (Mestrado em Administração – UFU) Uberlândia- MG, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de.**História Geral E Das Doutrinas Da Contabilidade.**São Paulo: Atlas, 1997

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da Silva. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Silva, N. C., Ferreira, D. D. M. & Maragno, L. M. D. (2017) A Evidenciação de Ativos Intangíveis nas Empresas do Setor de Saúde da B3. 4 Congresso Unisinos de Controladoria e Finanças. São Leopoldo